

Educação em Evidência

Financiamento da educação básica estadual e municipal: primeiros resultados da série histórica de todas as fontes entre 2007 e 2024

Referente à Nota Técnica nº 1 da Meta 3 do
TED Ipea/MEC nº 15.303

*Versão preliminar (antes de passar pelo
Editorial do Ipea)*

Número 4

Setembro de 2025

Sumário Executivo

Esta edição do Educação em Evidência apresenta os primeiros resultados de um estudo que construiu uma série histórica de 2007 a 2024 para analisar todas as fontes de financiamento da educação básica no Brasil. A pesquisa demonstra um crescimento expressivo e constante da receita total disponível por matrícula, além de identificar como o Fundeb se consolidou como a principal fonte de recursos dos entes subnacionais.

- **Crescimento da receita:** A receita total da educação básica por matrícula teve um crescimento real de 210%, passando de R\$ 4.463,71 em 2007 para R\$ 13.872,48 em 2024.
- **Fontes de financiamento:** As receitas totais do Fundeb representaram cerca de 60% do total de receitas ao longo do período. Em 2024, a complementação da União representou 9,2% do total das receitas. Outras fontes importantes incluem os 25% de receitas não integrantes do Fundeb (18,1% do total em 2024) e os 5% remanescentes da cesta de impostos do Fundeb (12,8% em 2024).
- **Fases de expansão das receitas:** O aumento da receita foi mais acentuado em duas fases:
 - **2007-2012:** Durante a implementação do Fundeb combinada com um franco crescimento econômico.
 - **A partir de 2021:** Com o Novo Fundeb – ou Fundeb Permanente –, que trouxe o aumento da complementação da União, e a recuperação econômica pós-pandemia.
- **Contribuição por fator:** Cerca de 54% do crescimento das receitas por matrícula entre 2007 e 2024 se deve ao maior montante de recursos vinculado à educação em relação ao PIB. No mesmo período, o crescimento do PIB contribuiu com 26%, e a variação no número de matrículas com 20%.
- **Desafios persistentes:** Apesar do crescimento, as receitas globais de educação ainda permanecem baixas e apresentam algumas disparidades regionais significativas. O Fundeb é responsável por quase 80% das receitas no Maranhão, enquanto no Rio de Janeiro, os royalties do petróleo e gás natural representam mais de 20% do total.

INTRODUÇÃO

O financiamento da educação básica é essencial para garantir o direito à educação. No entanto, uma análise anual isolada pode mascarar os impactos de longo prazo alterações legais, ciclos econômicos e decisões políticas. Por isso, uma série histórica de 2007 a 2024 é uma ferramenta crucial para identificar tendências e inflexões, oferecendo um quadro integrado de todas as fontes que sustentam as redes de ensino.

Embora a literatura já tenha explorado pilares do financiamento como as políticas de fundos e os condicionantes macrofiscais, ainda faltam estudos que combinem todas as fontes em uma análise de longo prazo e comparável. Este estudo busca preencher essa lacuna, apresentando a evolução de diversas fontes de financiamento e seu impacto na composição da receita ao longo do tempo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta análise, foi criada uma base de dados que integra diversas fontes administrativas para o período de 2007 a 2024. O processo incluiu a harmonização e validação das informações, além do uso de técnicas de imputação de dados quando necessário.

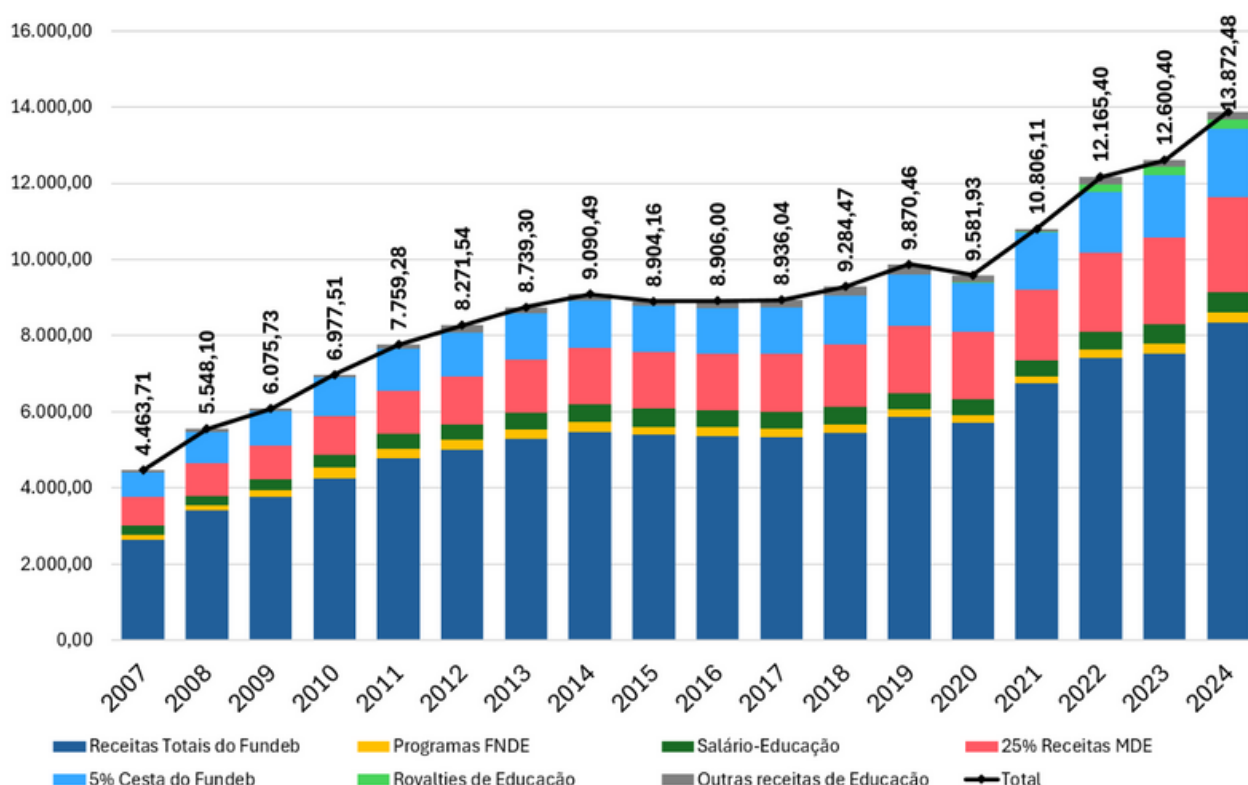
- **Fontes de dados:** As principais fontes de dados utilizadas foram a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para receitas do Fundeb; o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) do FNDE e as Declarações de Contas Anuais da Finbra, para contribuições ao Fundeb e demais receitas vinculadas à educação; o FNDE, para correção do salário-educação e de programas universais subnotificados no Siope e na Finbra; a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para dados de royalties vinculados à educação; e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para dados de matrículas. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizou-se o IPCA para deflacionar os valores e o PIB para comparar as receitas.
- **Imputação de dados:** Para preencher as informações indisponíveis, especialmente do Siope e da Finbra, foram aplicadas técnicas como a interpolação e a proporcionalidade em relação às receitas do Fundeb. A imputação foi um procedimento residual, afetando apenas 0,078% do total das receitas da série histórica.
- **Limitações:** O estudo desconsiderou os orçamentos da União para suas próprias instituições de ensino e as receitas da esfera privada (receitas para fiscais ou investimentos próprios das famílias) ou de emendas parlamentares. As receitas para educação superior também não foram consideradas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Evolução da Receita Total por matrícula

A receita total disponível para a educação básica por matrícula cresceu de forma expressiva de 2007 a 2024, representando um aumento real de 210%. Em 2024, o valor total por matrícula chegou a R\$ 13.872,48 (Figura 1).

Figura 1: Receita total da educação básica por matrícula, segundo a fonte, Brasil, 2007-2024, em R\$ constantes de 2024



Fonte: Elaboração própria a partir de STN, Siope, Finbra, FNDE, ANP, INEP e IBGE.

- **O papel fundamental do Fundeb:** As receitas do Fundeb são a principal fonte de recursos públicos em educação, correspondendo a cerca de 60% do total ao longo da série histórica. A complementação da União, que era de 10% das receitas globais do total arrecadado pelos fundos subnacionais, tem aumentado progressivamente até chegar a 23% do total. Em 2024, a receita dos fundos intraestaduais equivaleu a 50,9% do total de receitas de todas as fontes, enquanto as complementações da União foram de 9,2%.

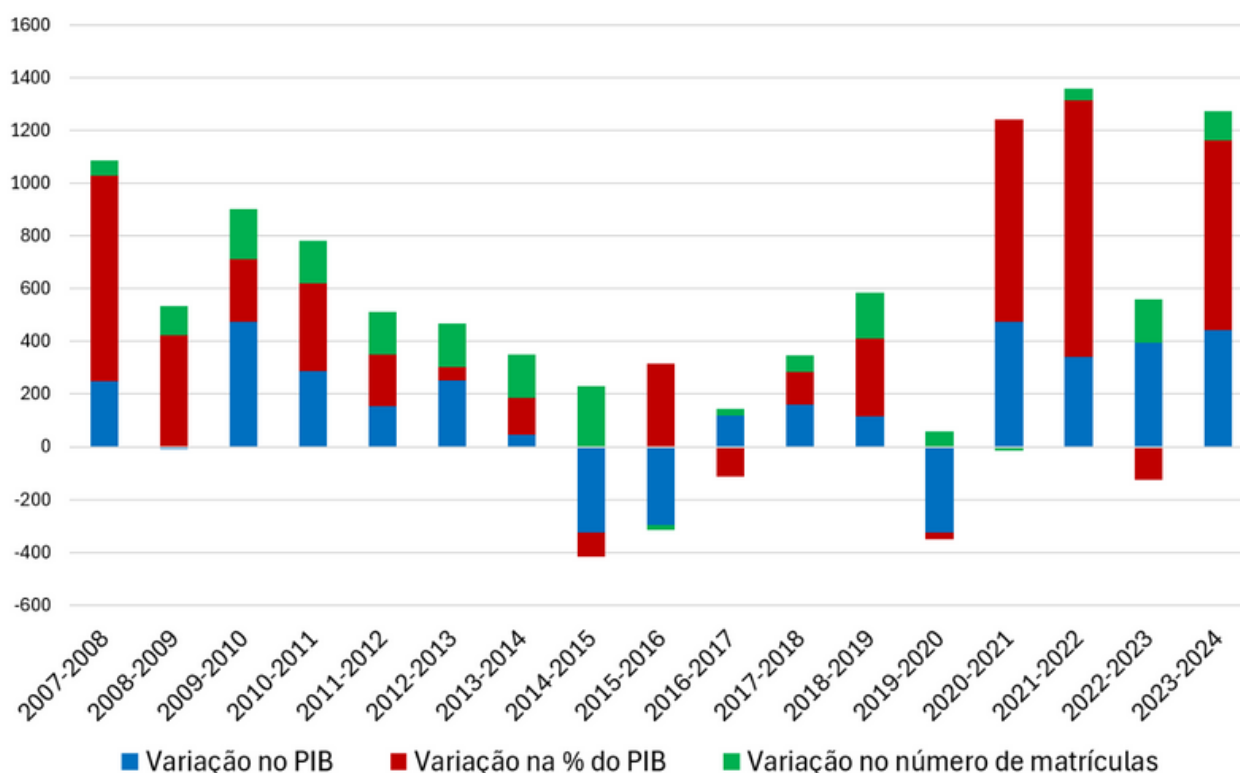
- **Outras Fontes:** Outras receitas importantes incluem os 25% de impostos e transferências não integrantes do Fundeb (como IPTU e IRRF-Subnacional) e os 5% adicionais dos impostos da cesta do Fundeb. Em 2024, esses impostos representaram 18,1% e 12,8% das receitas totais, respectivamente.

Aumento das Receitas em Relação ao PIB

A parcela do PIB dedicada à educação básica por estados e municípios aumentou de 2,9% em 2007 para 4,4% em 2024.

- **Fatores de crescimento:** O crescimento das receitas por matrícula pode ser decomposto em três fatores. Entre 2007 e 2024, a maior parte do crescimento (54%) se deveu a um esforço fiscal para vincular mais recursos à educação em relação ao PIB. O crescimento do próprio PIB explicou 26% do aumento, enquanto a variação no número de matrículas contribuiu com 20% (Figura 2).

Figura 2: Decomposição da variação bienal da receita, por matrícula, Brasil, 2007-2024, em R\$ constantes de 2024



Fonte: Elaboração própria a partir de STN, Siope, Finbra, FNDE, ANP, INEP, IBGE e Soares et al. (2021).

Heterogeneidades Regionais Persistentes

Apesar do crescimento geral, ainda existem grandes disparidades entre as redes de ensino, como se observa na Tabela 1, que ilustra a composição da receita e o valor total *per capita* de cada UF e Grande Região.

Tabela 1: Importância relativa das receitas vinculadas à educação e média por aluno, segundo a Grande Região e unidades da Federação, Brasil, 2024

Região/UF	Fundeb					Demais receitas vinculadas						Total (por aluno)
	Transf. Intraest.	CompL. VAAF	CompL. VAAT	CompL. VAAR	Total Fundeb	Prog. FNDE	SaL Educ.	25% Rec. MDE	5% Cesta Fundeb	Royalt. Educ.	Outras Receitas	
BRASIL	50,9	4,9	3,6	0,7	60,2	1,9	3,8	18,1	12,8	1,9	1,4	13.872,5
Norte	50,0	12,1	6,9	0,9	69,8	2,5	3,7	10,1	12,4	0,0	1,4	12.388,1
Rondônia	60,9	0,0	0,0	0,7	61,6	2,0	3,3	11,1	15,2	0,0	6,8	14.931,2
Acre	65,1	0,0	2,7	0,7	68,5	1,2	3,5	9,5	16,2	0,0	1,0	13.595,2
Amazonas	45,8	16,2	8,2	1,3	71,5	2,8	4,2	9,5	11,4	0,2	0,4	11.224,6
Roraima	67,4	0,0	0,5	0,1	68,0	1,6	3,0	10,5	16,8	0,0	0,0	15.052,9
Pará	40,4	19,9	11,1	1,0	72,4	2,9	4,0	9,5	9,9	0,0	1,3	11.487,1
Amapá	68,0	0,0	0,6	0,4	69,0	0,8	3,1	10,0	17,0	0,0	0,0	14.100,0
Tocantins	63,2	0,0	0,9	0,9	64,9	2,4	3,1	12,8	15,9	0,0	1,0	15.561,2
Nordeste	46,6	13,2	10,2	0,9	70,8	2,5	3,8	9,9	11,7	0,2	1,0	12.568,5
Maranhão	36,3	26,2	15,5	0,7	78,7	2,6	3,8	5,8	9,1	0,1	0,0	12.684,2
Piauí	46,9	12,6	12,7	0,8	73,1	3,8	3,7	7,3	11,8	0,0	0,3	13.040,6
Ceará	41,3	18,9	10,8	0,9	71,9	2,8	3,7	9,9	10,4	0,1	1,3	12.854,1
R. Grande do Norte	58,1	0,0	5,3	0,8	64,1	2,4	3,9	13,9	14,6	0,6	0,5	12.431,9
Paraíba	54,6	4,1	9,6	1,0	69,3	3,1	3,8	9,0	13,7	0,2	0,8	12.636,3
Pernambuco	53,2	6,4	6,1	1,0	66,7	2,3	3,9	12,0	13,3	0,2	1,7	12.104,8
Alagoas	49,6	7,9	12,8	1,1	71,4	2,2	3,9	8,4	12,7	0,5	1,0	12.278,0
Sergipe	60,3	0,0	3,1	0,4	63,8	2,4	3,5	13,2	15,3	0,8	0,9	13.595,4
Bahia	44,6	14,7	10,0	0,9	70,1	2,1	3,9	10,9	11,3	0,3	1,3	12.409,5
Sudeste	49,9	0,5	0,4	0,5	51,3	1,5	3,8	24,6	12,6	4,4	1,7	15.182,6
Minas Gerais	58,8	0,0	0,8	0,5	60,1	1,9	3,9	16,9	14,6	0,1	2,5	13.086,1
Espírito Santo	58,6	0,0	2,3	0,7	61,7	1,6	3,8	15,1	14,7	0,5	2,7	13.465,7
Rio de Janeiro	37,1	2,7	0,4	0,5	40,7	1,2	3,3	22,4	10,1	22,2	0,1	17.260,2
São Paulo	50,2	0,0	0,0	0,5	50,8	1,4	3,9	29,2	12,6	0,3	1,9	15.670,0
Sul	59,2	0,0	0,1	0,5	59,9	2,0	3,8	18,5	14,7	0,2	1,0	14.193,8
Paraná	58,3	0,0	0,2	0,7	59,1	2,4	3,8	19,3	14,5	0,1	0,7	13.604,9
Santa Catarina	58,9	0,0	0,2	0,3	59,4	1,6	3,8	18,7	14,7	0,2	1,4	13.997,1
R. Grande do Sul	60,4	0,0	0,0	0,5	61,0	1,8	3,7	17,4	15,0	0,1	1,1	15.053,1
Centro-Oeste	57,0	0,0	0,4	0,9	58,3	1,5	3,5	20,9	14,4	0,0	1,5	14.059,0
Mato Grosso do Sul	60,0	0,0	0,2	0,4	60,6	1,4	3,3	18,5	15,0	0,0	1,1	14.488,2
Mato Grosso	59,4	0,0	0,3	0,5	60,2	1,7	3,5	17,1	15,0	0,0	2,5	14.443,2
Goiás	58,7	0,0	0,9	1,2	60,8	1,7	3,6	17,5	14,8	0,0	1,6	12.809,9
Distrito Federal	45,7	0,0	0,0	1,1	46,8	0,8	3,3	37,5	11,5	0,0	0,1	16.499,3

Fonte: Elaboração própria a partir de STN, Siope, Finbra, FNDE, ANP, INEP e IBGE.

- **Dependência do Fundeb:** Nas regiões Norte e Nordeste, o Fundeb representa cerca de 70% das receitas totais. No Maranhão, esse valor chega a quase 80%, sendo quase metade proveniente das complementações da União. No Centro-Sul, por sua vez, as receitas do Fundeb representam menos de 60%, ainda que as complementações da União criadas pelo Fundeb Permanente passaram a beneficiar estados destas regiões.
- **Outras receitas vinculadas:** Por outro lado, as demais receitas vinculadas ganham peso notório no Centro-Sul, onde as cotas adicionais do Fundeb e dos impostos e transferências vinculados à MDE giram em torno de 35% do total. No Norte e no Nordeste, essas receitas equivalem a cerca de 20% do total.
- **Receitas extraordinárias:** Em estados como o Rio de Janeiro, outras fontes se destacam. Os royalties do petróleo representam mais de 20% da receita total por aluno no estado, valor muito superior à média das outras unidades da federação na mesma rubrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma série histórica abrangente e robusta sobre o financiamento da educação é um passo fundamental para melhorar o diagnóstico e o desenho de políticas públicas. Os resultados desta pesquisa mostram que, embora as receitas tenham crescido substancialmente nas últimas duas décadas, persistem relevantes desigualdades entre as unidades federativas, tanto nos valores *per capita* (em alguns casos, inferiores a R\$ 1.000,00 mensais), quanto na composição das receitas, ora mais ou menos dependentes de recursos da União.

Portanto, o país ainda enfrenta o desafio de garantir um financiamento adequado para uma educação pública de qualidade. Os dados consolidam a importância do Fundeb, mas também revelam a necessidade de considerar a complexidade de todas as fontes de receita para promover suficiência, estabilidade e progressividade no financiamento da educação básica.

Ficha Técnica

Coordenação: Adriano Souza Senkevics

Equipe: Victor Bridi de Souza

Imagem da capa: Pedro Ribas, Banco de imagens do Ipea, 2020.